

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A nota em cada item das provas objetivas, feita com base nas marcações da **Folha de Respostas**, será igual a: **1,00 ponto**, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo das provas; **1,00 ponto negativo**, caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo das provas. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Em seu caderno de provas, caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## PROVAS OBJETIVAS

### -- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

A preocupação com o desenvolvimento das indústrias criativas ocorre de forma não intuitiva e direcionada há muitos anos. Em 1918, o presidente dos Estados Unidos da América, Woodrow Wilson, promoveu a nascente indústria cinematográfica, considerando que “o comércio vai atrás dos filmes”, uma afirmação clássica sobre o fato de que as indústrias criativas têm um significado que vai muito além do seu impacto econômico imediato. O governo australiano publicou, em 1994, um documento chamado **Creative Nation**, no qual já apresentava alguns posicionamentos oficiais sobre a pauta. Nele, afirmava que “uma política cultural também é uma política econômica” e que “o nível de nossa criatividade determina substancialmente nossa capacidade de adaptação aos novos imperativos econômicos”.

Após as eleições para primeiro-ministro do Reino Unido, em 1997, foi realizado o primeiro mapeamento concreto e aprofundado sobre a economia criativa em uma nação. Esse mapeamento causou polêmica quanto à conceituação de indústria criativa. De acordo com a definição do governo inglês, as indústrias criativas são aquelas atividades que têm origem na criatividade, na habilidade e no talento individual e que potencializam a geração de riqueza e empregos por meio da geração e da exploração da propriedade intelectual. Os críticos que analisaram o projeto de Tony Blair/DCMS consideraram que as colocações deixaram o contexto muito aberto, pois poderia englobar áreas como engenharia e indústria farmacêutica, que não têm conexão com a economia criativa.

Como em qualquer área de pesquisa, alguns cientistas apresentam visões bem controversas. O pesquisador estadunidense Richard Florida, por exemplo, trouxe o conceito de classe criativa. Segundo Florida, regiões metropolitanas com alta concentração de trabalhadores ligados a tecnologia, artistas, músicos, lésbicas e *gays* e o grupo definido por *high bohemians* são áreas com alto potencial de crescimento neste milênio. Na visão de Florida, as cidades devem posicionar-se de forma diferente no novo milênio e virar todos os holofotes para a economia criativa.

Vinnie de Oliveira. **Economia criativa 4.0: o mundo não gira ao contrário**. Edição do Kindle (com adaptações).

Julgue os itens seguintes, no que diz respeito às ideias e a aspectos linguísticos do texto precedente.

- 1 O texto informa que o termo “economia criativa” foi empregado pela primeira vez pelo governo inglês, no mapeamento que realizou sobre o assunto.
- 2 A definição de “indústria criativa” apresentada pelo governo inglês, no mapeamento da economia criativa, foi rechaçada por alguns críticos.

- 3 Infere-se do texto a existência de uma relação estreita entre a economia criativa e o modelo econômico adotado a partir do século XX.
- 4 No segundo parágrafo, os termos “economia” (primeiro período) e “indústria” (segundo período) são empregados no texto como sinônimos.
- 5 O vocábulo “controversas” (primeiro período do último parágrafo) é empregado no texto com o mesmo sentido de **condenáveis**.
- 6 Na oração “as cidades devem posicionar-se de forma diferente no novo milênio” (último período do texto), conclui-se do emprego do vocábulo “se” que a oração está na voz passiva, isto é, a locução “devem posicionar-se” é, sintática e semanticamente, equivalente a **devem ser posicionadas**.
- 7 No trecho “uma afirmação clássica sobre o fato de que as indústrias criativas têm um significado que vai muito além do seu impacto econômico imediato” (segundo período do primeiro parágrafo), seriam mantidas a correção gramatical e a coerência do texto caso a forma verbal “vai” fosse substituída por **vão**, de forma que a concordância verbal passasse a ser estabelecida com o termo “as indústrias criativas”.
- 8 A substituição de “no qual” (terceiro período do primeiro parágrafo) por **o qual** manteria a correção gramatical do texto, mas alteraria seu sentido original.
- 9 Estariam preservados o sentido e a correção gramatical do texto caso a expressão “De acordo com” (terceiro período do segundo parágrafo) fosse substituída por **Consoante**.
- 10 A inserção do sinal indicativo de crase no vocábulo “a”, em “ligados a tecnologia” (terceiro período do último parágrafo), prejudicaria a correção gramatical do texto.

A atividade política, para os antigos, estava associada à prática das virtudes e à busca por uma ordem moral duradoura. A corrupção, por sua vez, era identificada com vícios como a ambição, a ganância pelo poder, a covardia etc., ou seja, tudo aquilo que causa caos social, desordem e violência.

Essa noção de corrupção associada ao desvirtuamento e à falta de cuidado com o bem comum atravessaria a Idade Média e chegaria até o início da modernidade com os teóricos políticos do Renascimento. Contudo, com a ampliação das relações comerciais decorrentes das grandes navegações, o crescimento urbano, o advento da indústria, a ascensão da burguesia como classe política — por meio de revoluções como a inglesa (1640-1668) e a francesa (1789-1799) —, o sistema político começou a ser pensado de forma diferente.

A concepção antiga das virtudes como guias da política não funcionava mais na modernidade. Era necessária uma concepção de política que levasse em conta os interesses individuais e as ambições, que faziam parte do mundo moderno. Mas como fazer isso sem deixar que tais interesses e ambições degenerassem o sistema político? Montesquieu foi quem ofereceu o melhor modelo, que, em grande parte, ainda se faz presente até hoje nos regimes democráticos.

Segundo Montesquieu, para que os interesses pessoais dos governantes não triunfassem sobre o bem público e para que o corpo político não se corrompesse, seriam necessárias as leis positivas, isto é, um conjunto de medidas jurídicas que se ajustassem à realidade dos interesses de determinada sociedade e impusesse controle sobre ela, sendo capaz de intermediar os homens e suas necessidades.

Esse modelo foi seguido pelas democracias liberais do século XIX. No entanto, desde a transição do século XIX para o século XXI, o mundo ficou cada vez mais integrado, tanto econômica quanto politicamente, sobretudo após as guerras mundiais. Essa integração, apesar de ter trazido inúmeros benefícios, também trouxe grandes dificuldades.

Internet: <<https://brasile Escola.uol.com.br>> (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, relativos às ideias e a aspectos linguísticos do texto anterior.

- 11 Infere-se do texto que, na Antiguidade, a corrupção era entendida como oposta à política.
- 12 A correção gramatical e a coerência do texto não seriam prejudicadas caso as formas verbais “atravessaria” e “chegaria”, no primeiro período do segundo parágrafo, fossem substituídas, respectivamente, por **atravessou** e **chegou**.
- 13 Depreende-se dos dois primeiros períodos do terceiro parágrafo que a política, na modernidade, ao se afastar das virtudes, torna-se corrupta.
- 14 No segundo parágrafo, o emprego de “Contudo” indica que as informações do segundo período expressam adversidade em relação às ideias apresentadas no primeiro período.
- 15 No último período do terceiro parágrafo, o vocábulo “que” remete ao modelo de política de Montesquieu, qualificado como “o melhor” no texto.
- 16 No quarto parágrafo, o trecho “para que os interesses pessoais dos governantes não triunfassem sobre o bem público e para que o corpo político não se corrompesse” (primeiro período) expressa a causa da necessidade das leis positivas.
- 17 As vírgulas que isolam a expressão “ou seja” (primeiro parágrafo) poderiam ser suprimidas, sem prejuízo da correção gramatical do texto.
- 18 Mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do texto, o segundo período do segundo parágrafo poderia ser reescrito da seguinte forma: Contudo, por meio de revoluções como a inglesa (1640-1668) e a francesa (1789-1799), houve a ampliação das relações comerciais decorrentes das grandes navegações, o crescimento urbano, o advento da indústria, a ascensão da burguesia como classe política, por isso o sistema político começou a ser pensado de forma diferente.
- 19 A supressão da vírgula empregada logo após “ambições” (segundo período do terceiro parágrafo) não prejudicaria a correção gramatical e a coerência do texto.
- 20 Sem prejuízo para o sentido original e para a correção gramatical do texto, a oração “apesar de ter trazido inúmeros benefícios” (último período do último parágrafo) poderia ser reescrita da seguinte forma: ainda que tragam inúmeros benefícios.

Pedro requereu informações acerca de uma contratação direta promovida, com amparo em cláusula de inexigibilidade de licitação, por uma empresa pública estadual, a qual, entretanto, negou-lhe acesso a tais informações, sob o fundamento de que não estaria subordinada ao regime da Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e de que as informações solicitadas se referiam a dados pessoais de terceiros, cujo acesso era restrito, salvo se houvesse o consentimento expresso de tais terceiros. Inconformado, Pedro protocolou pedido de reconsideração perante a autoridade que lhe havia negado o acesso à informação, alegando que o referido consentimento não deve ser exigido quando as informações forem necessárias à proteção do interesse público preponderante.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 21 Empresa pública é entidade da administração pública indireta com personalidade jurídica de direito privado.
- 22 Em regra, as empresas públicas estaduais não se submetem às normas da Lei n.º 14.133/2021, que estabelece novas disposições acerca de licitações e contratos administrativos.
- 23 Empresa pública estadual não se submete aos ditames da Lei de Acesso à Informação.
- 24 Dada a sua personalidade jurídica, as empresas públicas, em regra, não têm obrigação de fazer licitação para celebrar seus contratos de prestação de serviços.
- 25 O pedido de reconsideração apresentado por Pedro caracteriza controle judicial.
- 26 A contratação direta amparada em cláusula de inexigibilidade de licitação ocorre quando há inviabilidade de competição, sendo exemplificativas as hipóteses legalmente previstas.
- 27 Na situação apresentada, a empresa pública errou ao não ter dado a Pedro o acesso à informação, porquanto o alegado consentimento de terceiros não é exigido quando o dado for imprescindível à proteção do interesse público preponderante.

Determinada autarquia deflagrou de ofício um processo administrativo contra um servidor público comissionado, alegando que a legislação determina a abertura de processo quando verificada irregularidade funcional praticada na repartição.

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue os próximos itens.

- 28** Autarquia é órgão público despersonalizado subordinado à administração pública direta.
- 29** Não é permitida a deflagração de ofício de processo administrativo pela própria administração, sendo necessária a provocação de sua abertura por qualquer interessado.
- 30** A abertura de processo por determinação legal configura atuação administrativa oriunda do poder administrativo vinculado.
- 31** A investidura de servidor público em cargo comissionado é condicionada à sua aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos para essa finalidade.

João, servidor público, praticou ato administrativo que causou prejuízo a um particular. Percebendo a ilegalidade decorrente da prática desse ato, João revogou-o. Mesmo assim, o particular resolveu pedir indenização e ajuizou ação de responsabilidade civil do Estado em face do ato de João, alegando que o dano já havia sido concretizado.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 32** O Estado poderá ser condenado a pagar indenização ao particular em razão do dano causado por João, desde que o particular comprove o dolo ou a culpa do servidor público na prática do ato.
- 33** A ação de responsabilidade civil do Estado configura controle administrativo.
- 34** Para fins de responsabilidade civil do Estado, é necessário que João tenha agido na condição de servidor público.
- 35** João agiu corretamente ao revogar o ato administrativo, visto que a revogação caracteriza a invalidação do ato administrativo editado em desconformidade com a ordem jurídica.

A respeito da Constituição Federal de 1988 (CF) e das suas disposições relativas aos direitos e às garantias fundamentais, julgue os itens a seguir.

- 36** Assim como as demais constituições, a CF pode ser entendida como uma decisão política do titular do poder constituinte.
- 37** Quanto ao critério ontológico, a CF é classificada como semântica.
- 38** O cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado implica a suspensão dos direitos políticos.
- 39** Por força do princípio da dignidade da pessoa humana, a pena de morte não é admitida, em nenhuma hipótese, pela CF.
- 40** Por força da eficácia horizontal dos direitos fundamentais, a exclusão de um dos associados de determinada associação privada deve ser precedida pela ampla defesa, em respeito à sua garantia constitucional.

No tocante à organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 41** O município do Rio de Janeiro pode estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito, por ser tal matéria de competência administrativa comum a todos os entes federativos.
- 42** Em hipóteses excepcionais, é permitida a edição de medida provisória para regulamentar a exploração dos serviços de gás canalizado em determinado estado.

Acerca da administração pública e das disposições constitucionais relativas aos servidores públicos, julgue os itens a seguir.

- 43** As funções de confiança devem ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo em comissão.
- 44** Havendo compatibilidade de horários, é permitida a acumulação remunerada de cargo de médico estadual com outro de professor federal, devendo ser afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público.

A Câmara dos Deputados convocou o ministro da educação a prestar pessoalmente informações relativas a erros na impressão de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O ministro da educação recebeu o pedido, porém não compareceu na data aprazada, por entender que essa convocação violava a CF.

Com relação a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir, de acordo com as disposições constitucionais acerca do Poder Legislativo e do Poder Executivo.

- 45** Caso o presidente da República faleça no início do terceiro ano do mandato e, por conta disso, o vice-presidente renuncie ao cargo logo em seguida, deverá ser organizada nova eleição direta em até noventa dias depois de aberta a última vaga.
- 46** A ausência injustificada do ministro da educação configura crime de responsabilidade, a ser julgado com exclusividade pelo Senado Federal.

Com base nas disposições constitucionais relativas ao Poder Judiciário, julgue o item a seguir.

- 47** Um quinto das vagas nos tribunais regionais federais é reservado a advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e a membros do Ministério Público com mais de dez anos de carreira.

À luz das disposições constitucionais a respeito das funções essenciais à justiça, julgue os itens a seguir.

- 48** A composição do Conselho Nacional do Ministério Público tem vagas destinadas a procuradores do Ministério Público junto aos tribunais de contas.
- 49** Aos defensores públicos é permitido o exercício da advocacia fora de suas atribuições institucionais — por exemplo, quando estiverem de férias.
- 50** Aos procuradores dos estados e do Distrito Federal é assegurada estabilidade depois de três anos de efetivo exercício no cargo, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

Com base no Decreto-lei n.º 220/1975, julgue os itens subsequentes.

- 51 O funcionário que se desvincular de um cargo público do estado do Rio de Janeiro para investir-se em outro perderá a estabilidade adquirida, ainda que não interrompa o exercício.
- 52 Quando houver conveniência para o serviço, o chefe imediato poderá converter pena disciplinar de suspensão em multa, na base de 50% por dia de vencimento, sendo o funcionário punido obrigado a permanecer no serviço durante o número de horas de trabalho normal.
- 53 O funcionário só poderá ser exonerado a pedido após a conclusão do processo administrativo disciplinar a que responder e do qual não resulte a pena de demissão.
- 54 Na hipótese de a fazenda estadual ser condenada a indenizar terceiro por dano causado por funcionário do estado, ela poderá propor ação regressiva em desfavor do funcionário após o trânsito em julgado da decisão que a tiver condenado.
- 55 É proibida ao funcionário aposentado a acumulação de proventos de aposentadoria com a remuneração que advenha do seu eventual desempenho em mandato eletivo, de exercício em função de confiança ou de participação em órgão de deliberação coletiva.

Considerando o disposto na Constituição do Estado do Rio de Janeiro e na Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ), julgue os próximos itens.

- 56 A decisão em processo de prestação ou tomada de contas pode ser provisória, caso em que o tribunal, antes de pronunciar-se quanto ao mérito das contas, resolve sobrestar o julgamento.
- 57 As contas serão julgadas regulares com ressalva caso haja comprovado e injustificado dano ao erário decorrente de ato ilegítimo ou antieconômico.
- 58 Compete ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro processar e julgar, originariamente, o governador e o vice-governador do estado por eventual cometimento de crime comum ou de responsabilidade.
- 59 Ao TCE/RJ compete apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias e pensões, bem como os de fixação dos proventos desses benefícios.
- 60 Compete ao corregedor-geral exercer a correição nos setores técnicos e administrativos do TCE/RJ e verificar o cumprimento de prazos regimentais.

**Espaço livre**

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

A respeito de técnicas orçamentárias e ciclo orçamentário, julgue os itens a seguir.

- 61** O ciclo orçamentário corresponde ao período de tempo em que se processam as atividades típicas do orçamento público, desde sua concepção até sua apreciação final.
- 62** Chama-se orçamento programa a técnica orçamentária voltada para a avaliação e a tomada de decisão sobre despesas segundo a qual as ações de um programa governamental, ou parte delas, constituem unidades de decisão cujas necessidades são avaliadas em pacotes de decisão.

Com relação ao planejamento orçamentário segundo o modelo orçamentário brasileiro, julgue os próximos itens.

- 63** A lei orçamentária anual deve consignar demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- 64** O plano plurianual deve conter o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- 65** A lei de diretrizes orçamentárias deve conter a avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos.

A lei orçamentária anual previa o valor de R\$ 3 bilhões para determinado tribunal de contas estadual, para o exercício de 2021. Desse montante, R\$ 2,5 bilhões foram alocados em despesas de custeio e R\$ 500 milhões, em despesas de capital. No momento da execução dos recursos, o tribunal de contas estadual precisou de mais R\$ 100 milhões para despesas de capital, as quais não estavam previstas inicialmente na lei orçamentária, para a aquisição de novos veículos de transporte dos conselheiros. A alternativa encontrada para resolver esse impasse foi mudar R\$ 100 milhões de custeio para capital.

Em relação a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 66** A efetivação da referida alteração orçamentária independe de autorização legislativa.
- 67** A referida alteração orçamentária representa um crédito adicional extraordinário.

A seguir, é apresentado o demonstrativo financeiro hipotético de determinada entidade, cujos valores estão em reais.

receita industrial	2.000.000
receita de serviços	2.000.000
receita patrimonial	1.000.000
operações de crédito	10.000.000
impostos	100.000.000
taxas	1.000.000
contribuições de melhoria	1.000.000
dívida ativa tributária	5.000.000
alienação de bens	3.000.000
amortização	2.000.000
receita da dívida ativa não tributária	1.000.000

Tendo como referência esse demonstrativo financeiro, julgue os itens subsecutivos.

- 68** O valor total da receita tributária da entidade é igual a R\$ 107.000.000.
- 69** O valor total das receitas correntes da entidade é igual a R\$ 113.000.000.

No mês de setembro de 2021, o governo do estado do Rio de Janeiro encaminhou à Assembleia Legislativa o projeto da lei orçamentária para o ano de 2022, com previsão de equilíbrio nas contas do estado. A receita total estimada para 2022 é de R\$ 76,4 bilhões, o que representa R\$ 16,5 bilhões a mais do que a prevista na lei orçamentária relativa ao ano de 2021 — que foi calculada em R\$ 69,2 bilhões. A receita tributária para 2022 foi prevista conforme a seguinte tabela, em que os valores registrados estão em reais.

receita tributária	65.341.498.545
ICMS	46.571.581.069
IPVA	3.366.898.498
ITCD	1.664.524.789
IRRF	4.692.491.402
outros impostos, taxas e contribuição de melhoria	9.046.002.787

Considerando essas informações, julgue o item a seguir.

- 70** No momento da elaboração do projeto de lei orçamentária do ano de 2022, a receita de impostos do estado do Rio de Janeiro se encontrava no estágio de lançamento.

Acerca de receita pública, julgue os itens seguintes.

- 71** A inscrição de créditos tributários em dívida ativa provoca uma variação patrimonial ativa.
- 72** A dívida ativa constitui uma parcela do passivo da entidade pública.

A próxima tabela mostra dados referentes à execução orçamentária de um ente público.

receitas	valor (em R\$)
depósitos em garantia	1.000.000
antecipação da receita orçamentária	1.000.000
receitas patrimoniais	5.000.000
receitas de alienação de bens	1.000.000
receitas de operações de crédito	10.000.000
receitas de contribuições	1.000.000
receitas tributárias	100.000.000
transferências correntes	20.000.000
<b>total</b>	<b>139.000.000</b>

Com base nos dados precedentes, julgue o próximo item.

- 73** O montante de recursos que não foram reconhecidos como receitas orçamentárias é igual a R\$ 138.000.000.

No que diz respeito à execução orçamentária, julgue os itens a seguir.

- 74** O Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Rio de Janeiro (SIAFE.RIO) consiste no principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do governo do estado do Rio de Janeiro.
- 75** Conforme o princípio da descentralização, os gerentes ou administradores públicos devem assumir, de forma personalizada, a responsabilidade pelo desenvolvimento de uma ação de governo.

Relativamente à despesa pública, julgue os itens que se seguem.

- 76** Em contabilidade pública, uma despesa orçamentária não efetiva é um fato permutativo, pois, no momento em que ocorre, não afeta o patrimônio público.
- 77** Os seis estágios da despesa pública são a estimativa, a programação, a licitação, o empenho, a liquidação e o pagamento.
- 78** Restos a pagar, serviços da dívida a pagar e outras obrigações a pagar em até dois exercícios integram a dívida pública flutuante.
- 79** **Situação hipotética:** No último mês do mandato do prefeito de um município carioca, constatou-se que o caixa disponível não seria suficiente para liquidar todos os compromissos assumidos. Em vista disso, e desejando honrar com a folha de pagamento dos servidores do município, o prefeito determinou que fossem inscritas em restos a pagar todas as obrigações que não fossem urgentes, bem como que não se realizasse mais nenhuma contratação de despesa. Com isso, os compromissos urgentes foram todos honrados, zerando as disponibilidades de caixa da administração. **Assertiva:** Nessa situação, o prefeito conseguiu honrar os compromissos sem descumprir as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 80** Inscrição como restos a pagar cancelada, mas com direito do credor ainda vigente, constitui uma despesa de exercício anterior.

Julgue os itens a seguir, com base em dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

- 81** O limite da receita corrente líquida utilizada para cobrir a despesa total com pessoal do Poder Legislativo estadual, incluído o tribunal de contas do estado, em cada período de apuração, não poderá exceder a 3%.
- 82** O foco da LRF é o combate à má gestão dos recursos públicos e à corrupção.
- 83** Caso a realização da receita ameace o cumprimento da meta de resultado primário ou nominal divulgada, poderão ser limitados o empenho e a movimentação financeira do ente público, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias.
- 84** O reajuste de benefício da seguridade social com o objetivo de preservar seu valor real está condicionado à comprovação de que, nos períodos seguintes, seus efeitos serão compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente da despesa.

Considerando as disposições da Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens subsequentes.

- 85** O princípio da universalidade está explícito na referida lei, haja vista a previsão de que todas as receitas e despesas do governo e de seus órgãos devem constar da lei do orçamento.
- 86** Melhorar a gestão das finanças públicas, ao estabelecer competências e responsabilidades para os gestores, é o principal objetivo da Lei n.º 4.320/1964.
- 87** Além de normas de direito financeiro, a Lei n.º 4.320/1964 contempla também norma de direito tributário.

Quanto às transferências voluntárias, julgue os itens seguintes.

- 88** Caso o estado do Rio de Janeiro, por meio de convênio com um grupo de prefeituras, comprometa-se a destinar verbas para melhoria do sistema educacional, tal destinação de recursos, sem imposição legal, deverá ser reconhecida como uma redução da receita estadual.
- 89** Um município que seja negligente na efetiva arrecadação dos tributos de sua competência pode perder o direito de recebimento de eventuais transferências voluntárias dos governos federal e estadual.
- 90** Os recursos destinados pelo Ministério da Saúde ao Sistema Único de Saúde (SUS), a qualquer título, integram o rol de transferências voluntárias.

Julgue os itens a seguir, quanto ao conceito, aos tipos e às formas de controle.

- 91** No exercício de suas funções, a administração pública se sujeita ao controle executado pelos Poderes Legislativo e Judiciário, além de ela mesma exercer o controle sobre os próprios atos.
- 92** O Congresso Nacional e o Senado Federal detêm competência privativa para apreciar *a priori* os atos do Poder Executivo.

Acerca dos controles interno e externo, julgue os itens subsequentes.

- 93** O controle externo é aquele desempenhado por órgão apartado do controlado, tendo por finalidade a efetivação de mecanismos para garantir a plena eficácia das ações de gestão governamental.
- 94** O sistema de controle externo é hierarquicamente superior ao sistema de controle interno.
- 95** Compete ao controle interno auxiliar o Poder Legislativo no julgamento das contas prestadas anualmente pelo presidente da República.

A respeito do controle parlamentar, julgue os próximos itens.

- 96** O controle parlamentar se limita às questões de legalidade dos atos administrativos.
- 97** A apreciação *a priori* dos atos do Poder Executivo pelo Congresso Nacional e pelo Senado Federal constitui uma hipótese de controle parlamentar.

Julgue os itens subsequentes, quanto ao controle exercido pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

- 98** Cabe ao TCU apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta, excluídas as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- 99** As ações de controle externo do TCU devem seguir o plano de controle externo proposto pela Presidência da República, em alinhamento com o plano estratégico e as diretrizes do próprio TCU e das contas do presidente da República.

Com relação ao controle administrativo, julgue os itens que se seguem.

- 100** O controle administrativo abrange os órgãos da administração direta ou centralizada e as pessoas jurídicas que integram a administração indireta ou descentralizada.
- 101** O poder de autotutela pode ser exercido *ex officio*, de maneira irrestrita e ilimitada, quando constatada ilegalidade de atos da administração pública.

Julgue os itens a seguir, de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa.

- 102** Perda patrimonial da administração pública resultante da omissão de agente público não é suficiente para que a inércia de tal agente seja considerada ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- 103** Constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário auferir, mediante a prática de ato doloso, vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo ou de emprego público.

Relativamente ao controle da gestão pública, julgue os itens seguintes.

- 104** Na esfera pública, a noção de controle, sob a ótica orçamentária, envolve a legalidade dos atos praticados, a fidelidade dos agentes públicos e o cumprimento do programa de trabalho definido.
- 105** Compete ao Poder Executivo exercer o controle interno da gestão orçamentária, sem prejuízo das atribuições do órgão de controle externo.
- 106** A tomada de contas do presidente da República, nos termos da Constituição Federal de 1988, é realizada pela Comissão Mista do Orçamento.
- 107** Entidades que tenham por objeto a fiscalização de exercício profissional devem prestar contas de sua gestão ao Tribunal de Contas da União.
- 108** Compete privativamente ao Congresso Nacional provocar o Tribunal de Contas da União a exercer sua competência fiscalizadora.

Com base na Lei de Improbidade Administrativa, julgue os próximos itens.

- 109** Garantir a integridade do patrimônio público é objetivo da Lei de Improbidade Administrativa.
- 110** Configura ato de improbidade administrativa a conduta de, por qualquer motivo, intermediar a liberação de verbas públicas em troca de vantagem econômica pessoal.
- 111** Atos ilícitos contra o patrimônio de empresas privadas não se enquadram como atos de improbidade administrativa, em nenhuma circunstância.
- 112** Sócios e gestores de empresas privadas respondem, de forma solidária e ilimitada, por eventuais atos de improbidade administrativa praticados pela pessoa jurídica da qual participam.
- 113** Configura ato de improbidade administrativa a conduta de gestor público alienar bem público por preço inferior ao seu valor contábil líquido.
- 114** O responsável por ato de improbidade administrativa se sujeita, entre outras penalidades, à perda de direitos políticos por até oito anos.

Relativamente ao Tribunal de Contas da União e aos tribunais de contas dos estados, julgue os itens subsequentes.

- 115** Os tribunais de contas estaduais deverão ser integrados por um número ímpar de conselheiros, não superior a sete.
- 116** O Tribunal de Contas da União tem competência privativa para dispensar a prestação de contas de uma pessoa legalmente obrigada a fazê-la, observadas as prescrições constitucionais.
- 117** O Tribunal de Contas da União está impedido de fixar os vencimentos de seus ministros.

Julgue os itens a seguir, relativamente ao objetivo e ao regime da contabilidade aplicada ao setor público.

- 118** O patrimônio é o objeto da contabilidade aplicada ao setor público.
- 119** O registro contábil de uma variação patrimonial deve ocorrer independentemente da execução orçamentária.
- 120** Uma receita orçamentária somente será reconhecida contabilmente no momento da sua arrecadação.

No que se refere ao registro contábil da dívida fundada e da dívida flutuante, conforme o disposto na Lei n.º 4.320/1964, julgue os próximos itens.

- 121** As dívidas fundadas que dependam de autorização orçamentária devem fazer parte do passivo financeiro dos quadros que compõem o balanço patrimonial.
- 122** Os depósitos e débitos de tesouraria entram na composição da dívida flutuante.

A respeito do tratamento contábil dos restos a pagar e das despesas de exercícios anteriores, julgue os itens subsequentes.

- 123** Os restos a pagar processados poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento do exercício financeiro do seu pagamento.
- 124** A importância exata a pagar é uma informação exigida no procedimento administrativo de reconhecimento da obrigação de pagamento de despesas de exercícios anteriores.
- 125** Para serem pagas, as despesas inscritas em restos a pagar devem ser previamente liquidadas.

Julgue os seguintes itens, com relação aos procedimentos contábeis e divulgação (evidenciação) das receitas públicas e das despesas públicas.

- 126** Os recursos financeiros oriundos de cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar não devem ser reconhecidos como receita orçamentária.
- 127** Caso representem disponibilidade de recursos financeiros para o erário, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado são registrados como receitas orçamentárias.
- 128** A devolução dos ingressos extraorçamentários sujeita-se a autorização legislativa por serem eles constituídos de ativos e passivos exigíveis.
- 129** Uma receita pública será efetiva quando o ingresso da disponibilidade de recursos for precedido de registro do reconhecimento do direito ou constituir uma obrigação correspondente.
- 130** É originária a receita pública obtida pelo poder público por meio da soberania estatal.

Acerca das etapas e estágios das receitas e despesas públicas, julgue os itens subsecutivos.

- 131** A etapa do lançamento da receita pública antecede à fixação do montante de despesas que irá constar nas leis de orçamento.
- 132** No estágio da liquidação da despesa orçamentária, é verificado o direito adquirido pelo credor, com base nos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- 133** A transferência dos valores arrecadados à conta específica do tesouro é feita pelos agentes arrecadadores na etapa da arrecadação da receita orçamentária.

Julgue os itens a seguir, a respeito de registros contábeis relativos às operações de crédito.

- 134** Ainda que enseje obrigação a pagar para a administração pública, um passivo não deve ser registrado quando ausente a devida previsão orçamentária.
- 135** Ainda que implique a elevação do montante da dívida consolidada líquida, a assunção de obrigação entre pessoas jurídicas integrantes do mesmo ente federado não é equiparada a operação de crédito.

Relativamente a demonstrativos utilizados na contabilidade pública, julgue os itens seguintes.

- 136** O balanço orçamentário pode apresentar desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada caso sejam utilizados superávits financeiros de exercícios passados para a abertura de créditos adicionais.
- 137** A receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada devem ser demonstradas em um dos quadros do balanço financeiro.
- 138** Admite-se a compensação entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas quando do levantamento da demonstração de variações patrimoniais, desde que haja determinação legal nesse sentido ou que norma específica assim autorize.
- 139** É vedada às entidades do setor público a apresentação de ativos e passivos em função de sua liquidez, ainda que de forma subsidiária.

Julgue os itens subsecutivos, com relação ao relatório resumido de execução orçamentária e ao relatório de gestão fiscal.

- 140** A periodicidade do relatório resumido de execução orçamentária é bimestral.
- 141** O relatório de gestão fiscal, instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal, deve ser emitido obrigatoriamente a cada quadrimestre, exceto pelos municípios com menos de 50 mil habitantes.
- 142** O relatório resumido de execução orçamentária compõe o balanço orçamentário.

A respeito do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

- 143** O programa de atuação do poder público, em suas várias esferas, é expresso por meio do orçamento público.
- 144** A unidade orçamentária, como praticada no Brasil, se expressa na existência de uma única peça orçamentária: a lei orçamentária anual.
- 145** O ciclo orçamentário é um processo multidimensional e descontínuo de análise e decisão, haja vista sua necessária divisão em etapas sucessivas.

Quanto aos documentos e dispositivos legais que integram o orçamento público, julgue os itens a seguir.

- 146** Os fundos de incentivos fiscais e as empresas que recebam recursos governamentais sob a forma, exclusivamente, de participação acionária estão excluídos do orçamento fiscal.
- 147** No plano plurianual devem-se estabelecer metas e objetivos da administração pública para as despesas de capital associadas aos programas de duração continuada.
- 148** Suponha que um investimento em infraestrutura tenha se tornado urgente no estado do Rio de Janeiro, contudo sua duração seja superior a um exercício financeiro e ele não esteja previsto no plano plurianual vigente. Nessa situação hipotética, esse investimento deverá ser adiado até a aprovação do próximo plano plurianual.
- 149** A evolução do patrimônio líquido dos últimos três exercícios deve ser apresentada no anexo de metas fiscais da lei de diretrizes orçamentárias.
- 150** A lei de diretrizes orçamentárias foi instituída pela Constituição Federal de 1988, mas sua amplitude foi reduzida a partir da entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Espaço livre**